



**VOZES DA DOR, DA LUTA E DA RESISTÊNCIA DAS
MULHERES/MÃES DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DE ESTADO
NO BRASIL**

**RELATÓRIO DE PESQUISA
PARTE I**



PARTE I
A ABORDAGEM METODOLÓGICA

**NÃO FALEM DE NÓS, SEM NÓS! O PROTAGONISMO DAS
MULHERES/MÃES DE VÍTIMAS COMO PESQUISADORAS SOCIAIS.**

SÃO PAULO/BRASIL
2023

EQUIPE DE PESQUISA

Raiane Patrícia Severino Assumpção

* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2899447703219719>

Yanilda Maria González

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1879375258754029>

Débora Maria da Silva

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4730944569079409>

Aline Lúcia de Rocco Gomes

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1583354080357611>

Edna Carla Souza Cavalcante

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/48680946893020>

Nívia do Carmo Raposo

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0845159954061812>

Rute Silva Santos

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2644626887447343>

Valéria Aparecida de Oliveira Silva

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7626336242155149>

RESUMO

Este relatório apresenta a abordagem metodológica utilizada na pesquisa em curso “Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de Estado,” uma pesquisa protagonizada pelas mulheres/mães integrantes do Movimento Independente Mães de Maio em articulação com mães de vítimas de outros estados do Brasil, pesquisadoras do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da UNIFESP - CAAF e a Harvard Kennedy School. Esse projeto colaborativo empregou várias estratégias de pesquisa participativa para identificar e analisar as consequências da violência do Estado por meio das narrativas de mães de vítimas de violência do Estado. A abordagem metodológica da pesquisa visou retirar as mães de vítimas do papel de objetos de estudo, para colocá-las no papel de pesquisadora social, sendo reconhecidas como produtoras de conhecimento. Este relatório busca subsidiar - e transformar - os processos de formação de pesquisadores/as com a finalidade de dar protagonismo às mães de vítimas de violência do estado nas pesquisas acadêmicas e contribuir com novos modelos de pesquisa colaborativa entre universidades e movimentos sociais.

Palavras-Chave: Mães de Maio - Pesquisadoras Sociais - Notório Saber - Violência do Estado - Pesquisa-ação

ABSTRACT

This report presents the methodological approach employed in the ongoing research project, "Voices of pain, struggle, and resistance of women/mothers of victims of state violence." The research project is led by the women/mothers of the Mothers of May Movement in collaboration with mothers of victims from other states in Brazil, researchers from the Center for Forensic Archeology and Anthropology of UNIFESP - CAAF, and the Harvard Kennedy School. This collaborative project employed various participatory research strategies to identify and analyze the consequences of state violence through the narratives of mothers of victims of state violence. The methodological approach of the project aimed to remove mothers of victims from the role of "research subjects," to place them in the role of social researcher, being recognized as producers of knowledge. This report seeks to support - and transform - the training of researchers in order to give mothers of victims of state violence a leading role in academic research and to contribute to new models of collaborative research between universities and social movements.

Keywords: Mães de Maio - Social Researchers - State Violence - Participatory Action Research

SUMÁRIO

I. Introdução.....	06
II. Estudar a Violência do Estado: A Necessidade de Novas Abordagens.....	07
III. Fundamentos Teóricos e Éticos: Produção de conhecimento a partir das experiências em educação popular.....	12
IV. História de uma construção conjunta: Aproximação Movimentos Sociais e Academia.....	15
V. Nós por nós: mulheres/mães de vítimas e pesquisadoras sociais.....	20
VI. Considerações finais: O notório saber e o estudo da violência do estado.....	26
VII. Referências Bibliográficas.....	28

I. Introdução

Este relatório reúne as reflexões metodológicas da pesquisa "Vozes de Dor, da Luta e da Resistência das Mulheres/Mães de Vítimas da Violência do Estado no Brasil".¹ Trata-se de uma pesquisa colaborativa entre pesquisadoras da Universidade de Harvard, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do Movimento Independente Mães de Maio, um movimento social formado por mães de vítimas dos "Crimes de Maio", após o massacre cometido pela polícia militar e por grupos de extermínio ligados à polícia militar em maio de 2006.

Esta pesquisa nasceu a partir da aproximação do Movimento Independente Mães de Maio com o grupo de pesquisa do CAAF/ Unifesp, como desdobramento de outro processo de pesquisa-ação realizado anteriormente² (Caaf-Unifesp, 2019). Essa pesquisa conjunta evidenciou a necessidade de aprofundar a discussão, em uma perspectiva dialética, sobre o sofrimento, o adoecimento, a luta e a resistência das mulheres/mães em decorrência da violência de Estado.

O movimento exigiu da academia essa obrigatoriedade de nós estarmos dentro da situação, acompanhando a pesquisa. Até porque primeiramente o Ministério Público ele deu para nós essa responsabilidade de fazer as investigações próprias [das mortes dos nossos filhos]. Ele falou 'faça suas próprias investigações,' então nós aprendemos a ser pesquisadoras, nós começamos a colher passo a passo para tentar desenhar de que forma foram assassinados. (Relato de Débora Maria da Silva)

A pesquisa atual buscou aprofundar uma pergunta que surgiu dessa primeira experiência de aproximação do Movimento Independente Mães de Maio com o grupo de pesquisa do CAAF/ Unifesp: a morte de um grande número de mães de vítimas do massacre de maio de 2006. Conforme relata uma das mães pesquisadoras sociais:

Encontramos também alguns endereços que a gente chegava e perguntava pela mãe, e a mãe já tinha falecido. Então a gente começou a ficar assustada com aquilo que a gente viu, vimos assim que umas oito mães que tinha morrido... Então quando eu me deparei com as mortes de mães do movimento e com as mortes

¹ A pesquisa foi financiada por uma Bolsa de Pesquisa Colaborativa do Centro David Rockefeller de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Harvard. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética em pesquisa (CEP) da Unifesp sob número 0051/2022 (parecer final - aprovado em 06/04/2022)

² Trata-se da pesquisa intitulada "Violência de Estado no Brasil: uma análise dos crimes de maio de 2006" disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/documentos/Relat%C3%B3rio_-_Crimes_de_Maio.pdf

das mães que nós encontramos [na pesquisa], não tinha como, eu não queria adoecer dessa forma. Eu estava achando que as nossas mortes são tudo semelhantes, [causadas] pela tristeza, né? E aí eu achei melhor ter essa possibilidade de ter essa contemplação dentro da pesquisa. (Relato de Débora Maria da Silva)

Essa pesquisa buscou compreender as experiências de adoecimento, a ação política e as transformações da vida cotidiana vivenciadas por mães de vítimas da violência do Estado no Brasil bem como dar protagonismo às vozes e as narrativas das mulheres afetadas pela violência do Estado e, ao mesmo tempo, incorporá-las como parte da equipe que elaborou a pesquisa, além de coletar e analisar os dados.

Esse projeto colaborativo, portanto, empregou várias estratégias de pesquisa participativa para identificar e analisar as consequências da violência do Estado por meio das narrativas de mães de vítimas de violência do Estado. A finalidade desta pesquisa e a metodologia empregada foi explicada por uma pesquisadora social da equipe:

Mostrar que as histórias delas também são importantes, que merecemos ser lidas e referenciadas dentro da academia, me traz alegria. Me renova a esperança, principalmente se essa leitura fizer parte da formação de profissionais que atendam as massas. Pois acredito que nossos estudos podem contribuir também para o fim do racismo institucional. (Relato de Nívia Raposo)

II. Estudar a Violência do Estado: A Necessidade de Novas Abordagens

A violência é contemplada nas ciências sociais como uma condição *sine qua non* do Estado. Um dos principais teóricos sobre o Estado, Max Weber, aponta o “monopólio da violência legítima” como característica indispensável do Estado. O Estado, segundo Jenny Edkins, “Como unidade política, é produzida e definida pela violência organizada”, pelo qual “a violência física continua sendo uma ferramenta que somente o Estado é permitido usar” (2003, p. 6). Na sua examinação do conceito da necropolítica, entendido como a “subjugação da vida ao poder da morte”, Achille Mbembe (2003) declara que a soberania do Estado “expressa-se predominantemente como o direito de matar” (Mbembe, p. 39).

Porém, essa violência estatal não é exercida de maneira uniforme contra a cidadania. A violência do estado só se torna possível a partir das desigualdades de poder, tanto entre o estado e a cidadania quanto entre diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, o estado exerce um poder abrangente nas vidas das pessoas através das ações dos seus agentes, por meio das leis e políticas públicas, e suas instituições, que o estado torna-se fator determinante das condições de vida dos seus cidadãos, em particular no caso dos setores empobrecidos e racializados.

Perante o impacto desproporcional do estado na vida das pessoas, a violência estatal implica a vulneração da dignidade, a qual Bernadette Atuahene define como “a noção de que todas as pessoas têm o mesmo valor, o que lhes dá o direito de viver como seres autônomos e não sob a autoridade de outra pessoa” (Atuahene, 2016, p. 801).

O aspecto relacional da dignidade ajuda a esclarecer o “caráter essencialmente dialético” do trauma decorrente da violência do estado. Como aponta o psicólogo social salvadorenho Ignacio Martín-Baró, “Como uma dimensão dialética, o trauma não define um sujeito doente, ao contrário define a especificidade de uma relação entre a sociedade e seus indivíduos.” (Moreira e Guzzo, 2015). Essa relação indivíduo-sociedade gera as condições que colocam alguns indivíduos e grupos sob a autoridade de outros, esclarecendo a relação entre a desigualdade social, dignidade, e traumas como componentes essenciais da violência do estado.

Portanto, essas dimensões de desigualdade e estratificação social também servem para definir quais grupos sociais serão beneficiados pela proteção do estado e quais serão o alvo de repressão (González e Mayka, 2023). Achille Mbembe, em diálogo com a obra de Michel Foucault, observou que “a função do racismo é regular a distribuição da morte e possibilitar as funções assassinas do estado” (Mbembe, 2003, p. 17).

No caso brasileiro, o uso da violência letal por parte do estado reflete justamente uma distribuição racializada conforme a análise de Mbembe. Segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022, 84% das vítimas da letalidade policial eram pessoas negras, e a taxa de vitimização das pessoas negras era 4,5 vezes maior que a das pessoas brancas.³ Esses padrões de violência estatal correspondem a uma tendência geral na América Latina, onde a violência exercida pelo estado é estratificada pelos principais indicadores da desigualdade social (Brinks, 2008).

O panorama atual da violência do estado no Brasil e na região entram em contradição explícita com os princípios regedores do estado democrático de direito. Em contextos democráticos, o uso daquele “monopólio da violência legítima” por parte do estado - exercido pelas instituições policiais - deveria ser utilizado com a finalidade de

³ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022-infografico.pdf>

garantir a proteção da população, segundo estritas restrições definidas pelo estado de direito, e ser sujeito de controle externo civil robusto (González, 2021).

Essa discrepância entre a teoria democrática e a realidade das “democracias violentas” da América Latina (Arias e Goldstein, 2010) agrava o trauma decorrente da violência estatal. Como observa Edkins (2003),

O que chamamos de trauma ocorre quando os próprios poderes que acreditamos que nos protegerão e nos darão segurança se tornam nossos algozes[...]. Uma ilusão de segurança e proteção é quebrada. Os eventos vistos como traumáticos parecem refletir uma forma particular de vínculo íntimo entre a pessoa e a comunidade e, o mais importante, expõem o papel desempenhado pelas relações de poder. (Edkins, 2003, p. 4).

Essas características da violência estatal, particularmente em democracias - as desigualdades nas relações de poder, a traição do vínculo entre cidadão e o governante que o deveria representar e proteger, o trauma e a perda de autonomia - geram exigências pontuais para quem quiser compreender e pesquisar suas causas, modalidades e consequências.

O ponto de partida deste relatório é que a pesquisa no contexto da violência estatal deve estar atenta aos riscos de re-traumatização, às desigualdades de poder entre os pesquisadores e as comunidades afetadas, bem como ao legado de práticas extrativistas por parte dos pesquisadores, as quais incluem a priorização dos objetivos do pesquisador em detrimento das experiências, necessidades e saberes das comunidades afetadas, e a falta de devolutiva e comunicação sobre os resultados ou produtos da pesquisa (Bunting; Kiconco; Quirk, 2023).

“Nós agora somos pesquisadoras, não somos objeto de pesquisa”

A pesquisa “Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil,” visou construir um modelo de pesquisa participativa orientada por mães de vítimas de violência estatal, as quais não só tinham uma trajetória de militância em movimentos sociais de direitos humanos, mas que também contribuíram à produção de conhecimento sem o reconhecimento formal das instituições acadêmicas.

As reflexões das mães-pesquisadoras que lideram essa pesquisa evidenciam as falhas do modelo de pesquisa tradicional:

A mãe, ela é usada para ser pesquisada. A mãe é usada para o sensacionalismo midiático que não traz uma devolutiva para nós as mães (Relato de Débora Maria da Silva)

A gente sempre foi alvo de pesquisa. Só que essas pesquisas não tem nenhum retorno para a gente. Assim como um TCC, que as pessoas fazem. Eu já disse que eu não faço mais TCC... Nunca há um retorno, uma devolutiva de saber quando essas pessoas apresentam seu TCC para a Banca, o que é que eles falam? Quando eles publicam? Quais são os comentários que eles falam? Dá um retorno em relação a isso, e se isso impactou algumas pessoas de fazer alguma mudança ou até de aparecer nos lugares quando a gente faz eventos. Eu fiz tanto TCC aqui na UFBA e nas faculdades, e nenhum nunca foi num evento das Mães aqui. Agora eu não faço mais para esse pessoal, eu não faço mais. E cansei da gente sempre ser objeto de pesquisa. Uma das coisas que me interessou muito, que chegou até a ser uma coisa que me emocionou foi essa frase: Nós agora somos pesquisadoras, não somos objeto de pesquisa. (Relato de Rute Silva Santos)

A gente costuma ser sempre objeto de pesquisa. É convidada para todas as áreas, do direito, assistência social, psicologia. Então acaba sendo que a gente conhece muitas pessoas dentro desses nichos, que são pessoas que não nos atendem depois. (Relato de Nívia Raposo)

[Quando fui convidada à pesquisa] eu pensei assim, que fosse pesquisadora, ou seja, as professoras iam pesquisar e a gente ia fazer uma fala e pronto. Não, não tinha noção bem do que era, porque infelizmente têm algumas professoras, não todas, algumas professoras, né? Porque por elas serem acadêmicas, elas acham que uma mãe da periferia não tem estudo, não tem capacidade.... Quem é acadêmico tende a humilhar a mãe, aí a mãe serve para extrair a dor para ela fazer matéria, mas a mãe não serve como pesquisadora em muitos cantos, né? (Relato de Edna Cavalcante)

O nosso objetivo, então, é quebrar as hierarquias que definem as pesquisas tradicionais, as quais colocam as pessoas afetadas no papel de “objetos” de pesquisa, cuja participação não só é instrumentalizada pelos pesquisadores formais e suas instituições acadêmicas, mas que também reproduz as desigualdades de poder que já marcaram a relação entre o estado e as comunidades afetadas pela sua violência.

Nossa metodologia se baseia na construção coletiva, priorizando a empatia, a reciprocidade e as relações horizontais, reconhecendo a autonomia e o protagonismo das pessoas que sofreram a violência do estado na flor da pele, principalmente as mães que perderam seus filhos pela mão do estado. Essa pesquisa se soma ao movimento de pesquisadores que questionam as metodologias de pesquisa tradicionais e apontam como esses modelos servem de obstáculos à produção de conhecimento sobre processos sociais complexos.

Esses pesquisadores, principalmente desde o Sul Global, nos apresentam com o desafio de priorizar “pesquisas que não se limitam à universidade ou as elites profissionais, mas que possam ser parte das vidas cotidianas das pessoas” (Appadurai 2006, p. 173).

As vivências das vítimas e sobreviventes da violência do estado são fundamentais para a produção de conhecimento sobre a mesma. Como apontou Lélia Gonzalez, “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (Gonzales, 1984, p. 224). O mesmo conceito desse "conhecimento situado" se aplica à nossa interpretação sobre a violência do estado que é produto do racismo, sexismo e outras relações de dominação.

Conforme as reflexões de Patricia Hill Collins (2012) “os indivíduos e grupos são posicionados de forma diferente em uma matriz de dominação, o que tem implicações para a forma como vivenciamos a sociedade, incluindo o que sabemos e o que podemos imaginar, e as realidades materiais que acompanham essa experiência” (Collins, 2012, p. 454).

Portanto, o conhecimento de quem sofreu a violência do estado de forma direta não pode ser reproduzido por pesquisadores que não vivenciaram essa experiência, como foi explicado por uma pesquisadora social da nossa equipe:

Os fenômenos da vida são percebidos por diversos ângulos. Esses jogos de escalas são entendidos pela população que carrega os marcadores sociais mais criminalizados. Para esses foram criados pelo estado as punições e as leis para garantir a proteção de quem tem capital. Desenvolver um pensamento novo exige que descolonizemos o ser, pois o processo colonizador faz as pessoas acreditarem ser natural o racismo aplicado aos nossos corpos. Diante disso, é importante os familiares se verem proprietários da própria fala...pois ainda que tenhamos leitura, é difícil nos enxergar nos livros, principalmente em pesquisas universitárias. Dada essa importância, ouvi-los e escutá-los sempre é emocionante, mas ao mesmo tempo gera força no sentido de tentar coisas novas para entregar para eles. (Relato de Nívia Raposo)

No contexto de pesquisas sobre a violência estatal, as vozes das suas vítimas e sobreviventes são indispensáveis não só para entender suas origens e seu impacto nas vidas das pessoas afetadas e a sociedade em geral; também são fundamentais para transformar as estruturas que facilitam a continuidade daquelas violências.

Como observou Edkins, “Os sobreviventes de abuso político no Ocidente contemporâneo têm algo poderoso a dizer, mas é algo que não pode ser dito no

vocabulário dos poderosos, e é perigoso para as instituições políticas existentes". (Edkins, 2003, p. 7).

III. Fundamentos Teóricos e Éticos: Produção de conhecimento a partir das experiências em educação popular.

“E o mundo não é um laboratório de anatomia nem os homens são cadáveres que devam ser estudados passivamente.”

(Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido, 2017, p. 180)

O debate instaurado acerca da produção do conhecimento nas ciências sociais a partir do Sul global teve início em meados dos anos 1990 por estudiosos dessa área que passaram a discutir timidamente como produzir conhecimento teórico-prático a partir das experiências extensionistas dentro das universidades, contradizendo as epistemologias norte-cêntricas e europeias.

A este debate atualmente denominaram “decolonialidade”⁴ um termo usado para definir um conjunto de teorias, práticas e movimentos que buscam libertar a produção de conhecimento, a cultura e as relações sociais da episteme eurocêntrica e da matriz colonial de poder. A decolonialidade questiona a suposta universalidade e neutralidade do conhecimento ocidental e da modernidade, que foram impostos aos povos colonizados como formas de dominação, exploração e discriminação. Surgiu como uma crítica ao colonialismo e ao imperialismo ocidental, iniciada com as grandes navegações e a conquista das Américas no século XV e se perpetuaram com a globalização e o neoliberalismo nos séculos XX e XXI.

A decolonialidade é um projeto político e epistêmico que visa desconstruir as estruturas coloniais de poder e a reconstruir novas formas de existir, pensar e agir no mundo, baseadas na pluralidade, na interculturalidade e na desobediência, denunciando como esses processos históricos produziram uma hierarquia racial, social, econômica e

⁴ O conceito de decolonialidade surge como uma proposta para enfrentar a colonialidade e o pensamento moderno, principalmente através dos estudos do grupo MCD (Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade) compostos por estudiosos como Aníbal Quijano (2005), Catherine Walsh, Edgard Lander (2005), Enrique Dussel (2000), Nelson Maldonado-Torres (2017) e Walter Dignolo. Mais informações, consultar: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade>

cultural entre o centro (Europa e Estados Unidos) e a periferia (América Latina, África, Ásia) do mundo, considerada também um projeto ético e estético com vistas a recuperar a dignidade, a memória e a criatividade dos povos subalternizados, sendo, portanto, uma proposta de transformação social que busca uma nova humanidade mais justa, democrática e solidária.

No Brasil, este debate não é novidade posto que Paulo Freire (2017) já sinalizava a necessidade de diálogo com as massas ou objetos de estudo em sua obra mais importante, *Pedagogia do Oprimido*⁵, publicada ainda na década de 1960 contribuindo com reflexões sobre a função social das universidades então produtoras do conhecimento.

Esta obra que contém grande contribuição na área da educação, foi adotada como premissa no desenvolvimento dos processos educativos reconhecido como educação popular, visto que propunha procedimentos teórico-metodológicos por meio de uma concepção de educação que parte da realidade dos sujeitos oprimidos pela classe dominante, considerando suas experiências e dialogicamente construindo outras possibilidades de transformação da realidade.

Falar de educação popular na concepção freiriana implica em destacar que Paulo Freire acreditava numa educação libertadora, que deve ser construída através do diálogo, em conjunto com os sujeitos envolvidos no processo educativo, ou seja, educadores e educandos ensinando e aprendendo mutuamente. Disse ele: *“Se as elites opressoras se fecundam, necrofilamente, no esmagamento dos oprimidos, a liderança revolucionária somente em comunhão com eles pode fecundar-se”*. (Freire, 2017, p. 179)

E complementa:

Esta é a razão pela qual o quefazer opressor não pode ser humanista, enquanto o revolucionário necessariamente o é. Tanto quanto o desumanismo dos opressores, o humanismo revolucionário implica a ciência. Naquele, esta se encontra a serviço da “reificação”; nesta, a serviço da humanização. Mas, se no uso da ciência e da tecnologia para “reificar”, o *sine qua* desta ação é fazer dos oprimidos sua pura incidência, já não é o mesmo o que se impõe no uso da ciência e da tecnologia para a humanização. Aqui os oprimidos, ou se tornam sujeitos, também, do processo, ou continuam “reificados”. [...] O humanista científico revolucionário, não pode, em nome da revolução, ter nos oprimidos objetos passivos de sua análise, da qual decorram prescrições que eles devam seguir.

Isto significa deixar-se cair num dos mitos da ideologia opressora, o da absolutização da ignorância, que implica a existência de alguém que decreta a alguém.

⁵ *Pedagogia do Oprimido*, foi publicado na versão em espanhol no ano de 1968 no Chile. No Brasil a 1ª edição foi publicada no ano de 1974. A versão consultada para este texto é a 63ª edição publicada no ano de 2017.

No ato desta decretação, quem o faz, reconhecendo os outros como absolutamente ignorantes, se reconhece e à classe a que pertence como os que sabem ou nasceram para saber. Ao assim reconhecer-se tem nos outros o seu oposto. Os outros se fazem estranheza para ele. A sua passa a ser a palavra “verdadeira”, que impõe ou procura impor aos demais. E estes são sempre os oprimidos, roubados de sua palavra. (Freire, 2017, p. 179-180)

Foi justamente pensando neste *quefazer* que buscamos nesta pesquisa transformar o abstrato em concreto considerando as demandas e experiências vivenciadas entre movimento social e universidade, construindo um diálogo conjunto entre os sujeitos envolvidos no processo de produção de conhecimento.

Por produção do conhecimento entendemos que é o processo de criar, sistematizar e comunicar novas informações, ideias ou saberes sobre diferentes aspectos da realidade. A produção do conhecimento envolve diferentes agentes, métodos, fontes e finalidades, dependendo do campo de estudo e da demanda social que envolve a interação entre sujeitos, objetos, contextos históricos e culturais de modo que não é algo fixo e imutável, mas dinâmico e sujeito a transformações ao longo do tempo.

Assim, há uma aposta na aproximação entre saberes – saber popular e o saber científico –, por poder permitir uma compreensão a partir de visões múltiplas e diversas, pertencentes a diferentes concepções e experiências de vida. Em se tratando de movimento social, que tem pauta de luta específica, o saber construído por experiência direta do mundo se relaciona com o conhecimento científico de forma complementar, crítica ou dialógica, buscando integrar os saberes populares e científicos sem hierarquizá-los ou desqualificá-los.

A partir dessa concepção e da construção vivida na pesquisa “Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de Estado no Brasil” houve a necessidade de apresentar o processo metodológico da mesma, realizada pela universidade com as mulheres/mães integrando a equipe como pesquisadoras sociais.

IV. História de uma construção conjunta: Aproximação Movimentos Sociais e Academia

O PET Educação Popular da Unifesp/Baixada Santista

O PET Educação Popular é um projeto que envolve ensino, pesquisa e extensão que integra o Programa de Educação Tutorial do MEC/SeSu. Foi criado no ano de 2010 por uma docente de uma das unidades da Unifesp – Universidade Federal de São Paulo na cidade de Santos, região metropolitana da Baixada Santista.

Esse grupo, a partir de sua criação deu início às atividades com dezoito estudantes dos cursos de graduação existentes no campus Baixada Santista divididos em frentes de atuação/intervenção. A metodologia utilizada permitia que esses estudantes levassem a contribuição do referencial teórico-metodológico freiriano de educação popular para desenvolvimento de diversas atividades de extensão e pesquisa junto e com a comunidade do entorno do campus.

Nas palavras da professora que coordenava o projeto a respeito dessa aproximação temos:

Meu primeiro contato com as Mães de Maio foi em 2011, eu já estava na Unifesp – Universidade Federal de São Paulo no campus Baixada Santista com uma atuação bastante forte em um projeto de extensão que depois se transformou em um programa de educação tutorial que tinha frentes de extensão, de ensino e de pesquisa, atuando por meio da educação popular com demandas presentes na região da Baixada Santista. Uma das ações era na questão da segurança pública junto com os jovens guardiões, que eram jovens que recebiam bolsa da prefeitura de Santos para realizar um trabalho quase que de guarda do patrimônio público. Nós introduzimos uma discussão sobre ética, cidadania, direitos humanos que foi bem importante para reconfigurar o programa.

Foi por esse caminho que nós organizamos em maio de 2011 um evento para tratar da segurança pública na Baixada Santista e contamos com a presença das Mães de Maio para falarem sobre a situação de violência do Estado, ausência de atuação do sistema de justiça perante as mortes ocorridas em maio de 2006.

Então, é nesse contexto que eu conheci o Movimento Mães de Maio, a demanda e a questão que estava colocada. A partir daí fomos buscando desenvolver inúmeras ações dentro da universidade de forma que pudéssemos construir. Mas, primeiro, buscamos entender o que era essa demanda, fazendo com que não fosse algo próprio dessa lógica de apropriação do conhecimento para a academia, mas transformando isso em um conhecimento teórico num processo de construção junto

com as mães, reconhecendo esse saber da experiência, da luta, do sofrimento, o significado do sofrimento e ao mesmo tempo aquela busca por respostas, que muitas vezes a sociedade não dá, pelo contrário, reitera a violação de direitos e do próprio sistema de justiça que também viola. (Relato de Raiane Assumpção)

No ano seguinte, em 2012, a fundadora e coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio, Débora Maria da Silva entrou em contato com integrantes de uma dessas frentes – que inicialmente desenvolvia um trabalho com o Conselho da Juventude da cidade de Santos/SP, numa perspectiva de fomento à participação social – na expectativa de desenvolver um trabalho em conjunto com a Universidade através de aulas de informática.

Essa proposta vinha no sentido de fortalecer e divulgar a luta do movimento por meio da comunicação audiovisual, na esperança de que o conhecimento em informática iria auxiliar na divulgação do movimento, garantiria a autonomia deste e a maior participação das integrantes, visto que a comunicação do movimento com a sociedade em geral era realizada por e-mail e redes sociais, e a maioria das mães não tinham conhecimento básico em informática.

Esta aproximação passou a ser fonte inspiradora para o cotidiano do PET possibilitando construir um projeto de sistematização denominado "Registro e Sistematização das Experiências de Educação Popular", iniciando a partir disso uma relação de troca de experiências e ações colaborativas entre as mulheres/mães integrantes do movimento e as/os alunas/os da universidade.

Assim, nós fomos desenvolvendo outros projetos na universidade com a criação do CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos que eu coordenei e aí tinha uma frente de atuação para tornar essa questão mais conhecida e depois, também, por meio dos trabalhos desenvolvidos nas ações de extensão, eventos, cursos de formação, e processos de formulação de conhecimento trazendo as mães para o interior da universidade fazendo com que essa questão pudesse se transformar em tema de pesquisa, mas um tema de pesquisa-ação na verdade, que pudesse ter conhecimento e traduzir isso em uma ação efetiva na perspectiva de implementação de políticas públicas. (Relato de Raiane Assumpção).

Dentre essas ações, a criação da Centro de Referência em Direitos Humanos⁶ da Unifesp no campus Baixada Santista, a participação nos fóruns de Educação Popular, rodas de conversas, círculos de cultura, semana da consciência negra e a construção

⁶ Inicialmente criado como Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), posteriormente foi adequado para Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH).

conjunta no trabalho de pesquisa sobre os crimes de maio de 2006, que gerou o “*Relatório Final Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006*” (CAAF, Unifesp, 2019).

Foi a partir de 2015 que sendo eu pesquisadora da temática sobre direitos humanos, educação popular e violência de Estado fui convidada pela equipe, que naquele momento estava na coordenação do recém-criado CAAF – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, para fazer parte de uma pesquisa sobre a violência de Estado na democracia em parceria com o Centro Latino-Americano da Universidade de Oxford e apoio do British Council – Fundo Newton e eu disse que poderia participar desde que o projeto correspondesse a essa demanda que é a demanda em que eu trabalhava, que já estava construindo ali uma linha de pesquisa, numa produção do conhecimento conjunto por meio de uma metodologia específica, reconhecendo as mães como mães pesquisadoras de fato, pesquisadoras sociais, que constrói a práxis de fato, num movimento de ação-reflexão-ação a partir da experiência concreta.

E aí nós desenvolvemos essa pesquisa, que foi bem importante, sobre os crimes de maio de 2006 no estado de São Paulo, com foco na Baixada Santista e ali foi possível construir uma metodologia própria, genuína, junto com as mães, reconhecendo as mães como pesquisadoras sociais e ao mesmo tempo apontando que não eram casos isolados, mas que o modo de operar do Estado, que o modus operandi do Estado, seja na retirada das vidas ou na reiteração da violência de Estado por meio da ausência do sistema de justiça. Então aquela pesquisa foi bem importante e de lá para cá, porque esta pesquisa terminou em 2018 e nós fomos aprofundando também e as mães se apropriando do que é a antropologia forense, o que é a construção ou esse encontro de saberes científicos/acadêmicos com o saber popular para rebater a formulação do sistema de justiça de forma a comprovar que este Estado é um Estado que viola direitos, e isso tem sido bem importante. (Relato de Raiane Assumpção)

O resultado deste estudo trouxe grande contribuição tanto para a Unifesp quanto para o Movimento Independente Mães de Maio, sendo possível desenvolver outros trabalhos acadêmicos, como por exemplo a publicação de um capítulo de livro sobre as reflexões suscitadas na pesquisa, artigo em revista internacional, entre outros. Além disso, no mesmo ano de 2018 o “Relatório Final” foi entregue para a apreciação da CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos em uma audiência pública realizada a pedido do Movimento Independente Mães de Maio na cidade de São Paulo.

Na estreita relação entre os saberes, é importante destacar a potência que existe na construção conjunta, visto que as trocas possibilitam de fato uma transformação nas diferentes visões de mundo, como podemos perceber no relato a seguir:

Essa aproximação fez todo diferencial tanto na minha formação acadêmica, quanto na minha vida política e social. Me fez aprender na prática que existem outras formas de produção de conhecimento para

além da educação formal e bancária. Além disso, a Universidade Pública tem uma função e uma responsabilidade social, tendo na extensão, no ensino e na pesquisa parte essencial ao processo de transformação social e cultural. Isso posto, a aproximação com o Movimento Independente Mães de Maio vem nos provocando, no sentido de nos movimentarmos, sendo fundamental para essa construção dialógica entre conhecimentos populares e conhecimentos científicos, intervindo diretamente em demandas e pautas sociais extremamente necessárias, incidindo inclusive na construção conjunta de políticas públicas. Trabalho conjunto que muitas vezes encontra obstáculos, uma vez que ainda há muito o que se transformar dentro dos muros das Universidades, que ainda produzem profissionais que se acham detentores de todo o saber e não reconhecem os saberes populares. (Relato de Aline Rocco)

Eu ouvi falar pela primeira vez sobre o Movimento Mães de Maio dentro da universidade no ano de 2012, quando estudava no curso de serviço social. Antes disso não fazia a menor ideia de que existia um grupo de mulheres que lutavam por justiça frente à violência perpetrada pelo Estado por meio da polícia militar. No ano seguinte, passei a integrar o grupo de alunos do PET Educação Popular e assim acompanhar as ações desenvolvidas por essas mulheres/mães e a aproximação entre universidade e movimento social. Posteriormente, fui convidada a integrar o grupo de pesquisa sobre os “crimes de maio de 2006” atuando a partir da pesquisa-ação, fato que contribuiu para minha aproximação mais efetiva com as demandas do movimento de mães. Posso afirmar que ao longo desses anos acompanhando o Movimento Mães de Maio, passei por grande transformação pessoal e enquanto profissional e pesquisadora, percebi com convicção que os sujeitos devem ter suas vozes incorporadas ao processo de pesquisa, produzindo conhecimento conjuntamente a partir de suas próprias realidades e experiências cotidianas. Nessa perspectiva, é crescente a admiração por essas mulheres/mães, bem como a responsabilidade de continuar neste caminho, contribuindo com a construção de conhecimento conjunto e comprometido com a transformação da realidade. (Relato de Valéria de Oliveira)

O Movimento Independente Mães de Maio

Em 2006 após os ataques protagonizados por agentes da segurança pública que ocorreram entre os dias 12 e 20 de maio em todo o estado de São Paulo causando a morte de mais de 500 jovens civis, teve início as ações do Movimento Independente Mães de Maio na cidade de Santos, região metropolitana da Baixada Santista/São Paulo.

Este movimento iniciado por seis mulheres/mães que tiveram seus filhos e filhas assassinados/as naqueles dias de terror passaram a buscar respostas pelos ataques que resultaram na morte de seus filhos/as. Essas mulheres/mães começaram a luta na dor do luto que neste ano de 2023 contabiliza mais de uma década, completando dezessete anos

da falta de responsabilização do Estado pelos crimes que parou o estado naqueles dias sombrios.

Nos anos seguintes aos ataques ocorridos naquele período as mulheres/mães que integravam o Movimento intensificaram suas ações construindo estratégias de articulação e acolhimento de outras mulheres/mães que continuaram chegando após ataques ocorridos nos anos seguintes, participando de vários espaços contando suas histórias na tentativa de preservar a memória de seus filhos brutalmente retirados de seu convívio e assim cobrar respostas do Estado executor das ações autoritárias de extermínio daqueles jovens.

De acordo com o relato da coordenadora e uma das fundadoras do Movimento, entre as ações e estratégias desenvolvidas chegaram até a Unifesp por meio de um convite, dando início a uma relação de troca e de construção conjunta.

A aproximação do PET com as Mães de Maio para nós foi muito significativa, até porque nós tínhamos esperança de ter um espaço de discussão, de acolhimento para nós fazermos nossas reuniões dentro de um espaço na Unifesp. [...] Foi pela aproximação desse PET na figura da Aline – aluna do curso de serviço social – que na época fazia parte do grupo de alunos que atuavam nessa extensão universitária. Naquele momento foi muito difícil para ela chegar até nós, porque nós tínhamos uma agenda muito intensa. Mesmo assim, quando esse convívio se concretizou trazendo humanização ao movimento, nós começamos a construir junto com os estudantes o que era direitos humanos e o que era o movimento. [...] Naquele momento foi grande o reconhecimento do movimento dentro da universidade, não foi fácil, foi uma luta árdua, mas foi a partir daí que nós iniciamos vários trabalhos em conjunto. Construimos várias formações em direitos humanos e esse percurso trouxe um resultado muito positivo para nós, no sentido do desenvolvimento humano, porque estar à frente de um movimento que não tinha apoio de uma universidade e o governo não dava para nós a oportunidade de mostrar o outro lado da história, que precisava ser contada. (Relato de Débora Maria da Silva)

Cabe ressaltar que os “Crimes de Maio”, por meio das articulações do Movimento, foram denunciados em diversas instâncias, nacionais e internacionais. E, apesar de ser reiteradamente recomendado por organismos internacionais que o Brasil tome medidas cabíveis e concretas para o enfrentamento do racismo e a violência estatal, a letalidade, a tortura policial e os desaparecimentos forçados seguem ocorrendo como prática rotineira em todo o território brasileiro, provavelmente como efeito da ausência de responsabilização e reparação pelo que ocorreu em maio de 2006.

Dentre as inúmeras ações que foram desenvolvidas pelas mulheres/mães estão a publicação de livros contando suas histórias, as entrevistas em contribuição aos trabalhos

de conclusão de curso de várias áreas do conhecimento, a participação em debates e palestras sobre inúmeros temas, as formações na perspectiva de defesa dos direitos humanos com alunas/os de vários cursos em universidades diversas. Além disso, promoveram eventos, elaboraram artigos, contribuíram na produção de vídeos e campanhas, avançando e passando a contribuir com a produção de conhecimento.

Mas nós avançamos, com certeza, provocando a academia sempre que possível, até que viemos a aceitar a indicação da Unifesp junto com o CAAF, que já existia, interlaçando uma proposta de desenvolver o trabalho, dessa belíssima pesquisa dos crimes de maio de 2006, a qual nós participamos juntos, buscando coletar os endereços de familiares das vítimas que era uma das coisas que almejávamos, porque o movimento não dispunha de todos os contatos. Através dessa pesquisa fomos indicadas como pesquisadoras ou como produtoras de conhecimento popular, pois só foi possível a pesquisa ser realizada com um resultado tão gratificante, porque a união dos saberes entre universidade e movimentos sociais é o caminho para o desenvolvimento humano. (Relato de Débora Maria da Silva)

Para além da aproximação entre o Movimento Independente Mães de Maio e a Unifesp construindo ações e produzindo conhecimento conjunto, potencializando as denúncias nas diversas instâncias contra o extermínio dos jovens nas periferias de todo o país, essa articulação está presente no acolhimento de outras mulheres/mães que acontece desde o ano de 2017 a partir da organização de encontros regionais, nacionais e internacionais das mães e familiares de vítimas da violência de Estado.

V. "Nós por nós": mulheres/mães de vítimas e pesquisadoras sociais.

A aproximação do Movimento Independente Mães de Maio com o grupo de pesquisa do CAAF/ Unifesp deu início a esta proposta de pesquisa como desdobramento do processo de pesquisa-ação realizado anteriormente, que segundo Thiollent (1985) não se limita a uma relação pesquisador/pesquisado. A pesquisa-ação considera construir significados e soluções coletivas para os problemas a serem observados a partir dos investigados, das ações e do contexto. Assim sendo, esta atuação conjunta evidenciou a necessidade de aprofundar a discussão, em uma perspectiva dialética, sobre o sofrimento, o adoecimento, a luta e a resistência das mulheres/mães em decorrência da violência de Estado.

O processo metodológico e o resultado da pesquisa-ação apontaram que o impacto da dor pela perda violenta de um ente querido, tem desenvolvido uma espécie de esquecimento dos afetos que, somada às condições – social, de gênero, étnico-racial,

territorial – dessas mulheres/mães resulta no silenciamento do sofrimento e, conseqüentemente, no desenvolvimento de doenças físicas e mentais graves.

Nesse sentido, de modo a continuar o caminho traçado a partir de uma experiência de diálogo e reconstrução de narrativas é que se deu o processo de articulação de uma pesquisa sobre o que é o sofrimento causado pela dor da perda, como ocorre o processo de adoecimento e qual a forma que tem ocorrido o enfrentamento dessas questões presentes no cotidiano das mulheres/mães, considerando a relação dialética entre violência estrutural, violência de Estado e a inserção na luta social.

Assim, foi nesse processo de articulação que essa pesquisa foi concebida, tendo como parceria uma docente da Escola de Governo da Universidade de Harvard e as mulheres/mães de vítimas da violência de Estado de outros estados brasileiros atuando como pesquisadoras sociais. Por pesquisadoras sociais aqui definimos como sendo aquela que lida com seres humanos, que é possuidora de notório e genuíno saber, ou seja, que detém um conhecimento legítimo e que não pode ser refutado ou contestado porque foi adquirido a partir de suas experiências diante da realidade social enquanto dinâmica própria da vida individual e coletiva, em um conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações.

Nesse processo, é importante destacar o relato a seguir, que demonstra a potência de articulação do movimento social:

Eu conheci a Débora em 2016, e a partir daquele momento ela fez uma série de provocações que influenciaram muito na visão do meu papel como pesquisadora e docente atuando na área da violência policial, sempre insistindo na importância da inserção das mães de vítimas de violência do estado no âmbito universitário. Débora foi muito acertada no seu argumento que as universidades (especialmente as universidades situadas no Norte Global) têm uma obrigação enquanto instituições de formação de futuros profissionais, de criar espaços institucionais para as comunidades racializadas, empobrecidas e injustiçadas.

Nossa primeira experiência de construção conjunta começou por uma proposta feita por Débora de unir mães de vítimas de diversos países. Através de um edital da Universidade de Chicago (onde eu era docente naquele momento) obtivemos financiamento para realizar três encontros internacionais com mães de vítimas de violência estatal do Brasil, a Colômbia e os Estados Unidos; o projeto chamado “O Luto Como Resistência” realizou-se em parceria com o Centro de Estudos Afrodiaspóricos da Universidade Icesi de Cali, Colômbia. Os primeiros encontros foram em Chicago (2017) e em Cali (2018), enquanto o terceiro encontro aconteceu no marco do Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos (LASA) em Boston no ano 2019, onde as mães lideraram um workshop. O quarto encontro, programado para junho de 2020 em São Paulo, foi cancelado por causa da pandemia da COVID-19.

No contexto da pandemia, a Débora retomou uma preocupação que tínhamos conversado durante vários anos, o adoecimento de mães de vítimas de violência do estado, um processo que tinha piorado por causa da pandemia. Após entrar no corpo docente da universidade de Harvard, surgiu um edital para pesquisas colaborativas com instituições brasileiras. Aproveitamos aquele edital para abordar a problemática do adoecimento, elaborando um projeto de pesquisa em colaboração com o Movimento Mães de Maio e pesquisadoras da Unifesp. Pensamos o edital como uma oportunidade de concretizar um modelo de pesquisa que colocasse as mães de vítimas de violência estatal no papel de pesquisadora - ao contrário de tantas experiências anteriores nas quais elas foram vistas apenas como objeto de estudo. Em primeiro lugar, isso implicou o reconhecimento do papel central das mães na produção do conhecimento, através de um plano de trabalho onde cada fase da pesquisa - incluindo a definição das pautas principais, a leitura do material teórico, a elaboração da metodologia da pesquisa, a seleção de participantes, e a análise de dados - seria realizada de maneira conjunta e horizontal. Em segundo lugar, isso exigia uma remuneração significativa como reconhecimento institucional do tempo e esforço dedicado à pesquisa por parte das mães. Portanto, a maior parte do orçamento do projeto foi composta por bolsas mensais para cada mãe-pesquisadoras (e duas pesquisadoras da Unifesp) durante um ano, além da remuneração das mães entrevistadas. Outro edital de Harvard vai possibilitar a viagem de todas as integrantes da equipe aos Estados Unidos para o lançamento do relatório da pesquisa na Universidade de Harvard. Esses elementos da pesquisa foram importantes para consolidar o nosso modelo de pesquisa participativa e o reconhecimento institucional das mães como pesquisadoras sociais. (Relato de Yanilda González)

Ressaltamos que em relação às mulheres/mães dos outros estados que integraram a equipe de pesquisa, o convite/indicação partiu da mãe de referência Débora Maria da Silva que coordena as ações do Movimento Independente Mães de Maio, também articulando a parceria entre as docentes das universidades para desenvolver este projeto de pesquisa. As mulheres/mães que foram convidadas a construir esta proposta enquanto pesquisadoras sociais são referência nos territórios que atuam.

- *Débora Maria da Silva* é mãe de referência do Movimento Mães de Maio que atua desde o ano de 2006 em ações de denúncia, lutando pela responsabilização do Estado pela morte de seu filho Edson Rogério, acolhendo as demandas de outras mães que perderam seus filhos e filhas para a violência de Estado;

- *Edna Cavalcante* é mãe de referência do Movimento Mães da Periferia em Fortaleza/CE. Edna teve seu filho Álef Souza Cavalcante assassinado por agentes da segurança pública do Estado do Ceará em novembro do ano de 2015 em uma chacina conhecida como “Chacina do Curió”. Desde então vem desenvolvendo

ações de acolhimento, denúncia e luta por justiça pelo seu filho e de outras dez mães que tiveram seus filhos vitimados na ação da polícia militar;

- *Nívia Raposo* é mãe de referência do Movimento de Mães da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. Desenvolve ações de denúncia desde que teve seu filho Rodrigo Tavares assassinado pela milícia⁷ em outubro do ano de 2015.

- *Rute Silva Santos* é mãe de referência do Movimento Mães do Nordeste na Bahia. Atua na cidade de Salvador desde que seu filho Davi Fiúza foi considerado desaparecido após uma intervenção realizada por agentes da polícia militar da Bahia. Desde então busca por justiça e responsabilização do Estado pelo desaparecimento de seu filho.

A adoção metodológica nesta pesquisa

O referencial teórico-metodológico adotado nesta pesquisa foi a concepção freiriana de educação popular – que parte da realidade dos sujeitos envolvidos no processo, onde uns apreendem com os outros e todos entre si por meio do diálogo – promovendo ações que possibilitem evidenciar sua visão de mundo através de práticas diversas, visando suscitar reflexões coletivas sobre as questões que envolvem a realidade concreta, que possam contribuir com a construção conjunta a partir da práxis (ação-reflexão-ação), para o alcance da autonomia e de transformações pessoal e social.

Tal concepção, enriqueceu a construção conjunta de saberes na perspectiva da pesquisa-ação, priorizando as vozes das pesquisadoras sociais desde a estruturação inicial do projeto permitindo que assumissem o protagonismo na definição da agenda das reuniões de equipe realizadas quinzenalmente, na sugestão de textos para leitura e discussão, que identificassem perguntas e demais aspectos relativos ao estudo. A reflexão de uma integrante da equipe aborda o nosso processo de construção coletiva:

Eu fiquei mais surpresa ainda quando a gente começou a levar na verdade as pautas. Porque aí a gente não estava sendo direcionadas, a

⁷ A milícia é um poder paralelo, que não integra as forças armadas ou de polícia de um país, composta por militares, paramilitares ou civis armados. De acordo com a Anistia Internacional, as milícias utilizam da força para extorquir a população em determinados territórios urbanos ao redor do mundo. No Brasil é prática comum: “A milícia domina os territórios quase sempre com a arma e o distintivo do Estado, mas se sustenta com uma ramificação de atividades econômicas: cobram taxa de segurança, pirateiam sinal de TV fechada, agenciam o transporte alternativo e, em certos casos, obrigam trabalhadores a consumir água e alimentos fornecidos pelas quadrilhas” - Fonte: <https://anistia.org.br/informe/marielle-uma-historia-que-eles-nao-conseguirao-interromper/>.

gente estava construindo junto, fazendo uma construção coletiva do que a gente queria, sobre o que é que a gente queria falar, quais as perguntas? qual o caminho que a gente podia seguir? Qual a metodologia? (Relato de Nívia Raposo)

Na primeira etapa foram realizadas reuniões de planejamento e organização das agendas no formato de rodas de conversa por meio virtual. O primeiro trimestre, as reuniões foram baseadas na revisão do projeto que serviram como espaço essencial para desenvolver conjuntamente as perguntas e os objetivos da pesquisa, bem como as estruturas teóricas que orientaram nossa investigação incluindo obras de Paulo Freire, Lélia González, Silvio de Almeida, Frantz Fanon e Djamila Ribeiro.

Nos encontros da equipe de pesquisa foram definidos os critérios para orientar a seleção das mulheres/mães que seriam convidadas a participarem da pesquisa 5 mulheres/mães de cada estado. Finalizado o projeto, passamos para a fase de cadastramento das mães pesquisadoras sociais na Plataforma CNPQ Lattes e Plataforma Brasil, critérios necessários para submissão do projeto ao Comitê de Ética da Unifesp.

Os encontros subsequentes se concentraram no compartilhamento de experiências pelas mães pesquisadoras sociais que refletiam os temas identificados nos textos teóricos discutidos nos meses anteriores. Essas rodas de conversa auxiliaram na identificação das principais evidências relacionadas às perguntas que o projeto de pesquisa buscava responder, no que diz respeito (1) ao adoecimento vivenciado pelas mulheres/mães após a perda de seu filho pelas mãos do Estado, às sequelas de doenças físicas, psicológicas e emocionais que compõem o pós-luto, o que poderíamos chamar de "vidas posteriores" do luto e do trauma induzido pelo Estado; (2) a perda de autonomia e resistência em relação às autoridades do Estado em sua busca por justiça; e (3) as desigualdades de poder em relação a outras instituições sociais – inclusive organizações acadêmicas e da sociedade civil – as quais deveriam reforçar a dignidade das mães no processo de luto.

A segunda etapa consistiu em implementar os critérios de seleção das mulheres/mães participantes da pesquisa, ficando a cargo da mãe pesquisadora social fazer o convite nos respectivos estados. Foram agendadas as datas para coletar as narrativas das mulheres/mães que são construídas a partir da memória e do diálogo, pois segundo Souza (2006), a narrativa é compreendida como um elemento representativo da construção e significado das vivências pessoais e sociais, gerando modos de compreender experiências e sentidos coletivos. O intuito é identificar como são refletidos fatos que ocorreram e ocorrem, expressando os aspectos sociais e culturais no modo de existir, agir e de pensar dos sujeitos.

A equipe de pesquisa definiu que nos dias agendados individualmente com as mulheres/mães participantes, a mãe pesquisadora social teria como apoio o acompanhamento de uma das pesquisadoras do CAAF, sendo divididos em duas regiões. Uma das pesquisadoras acompanhou as mães pesquisadoras sociais de São Paulo e Rio de Janeiro e a outra acompanhou as mães pesquisadoras da Bahia e Ceará.

Esses encontros para coleta das entrevistas/narrativas, caracterizados como trabalho de campo, ocorreram por meio virtual e seguiram o roteiro de questões que foi estruturado com o objetivo de elencar informações essenciais para responder as questões motivadoras da pesquisa, portanto, levantou dados sobre a trajetória de vida das mulheres/mães, os sentimentos e consequências decorrentes da morte dos filhos/as e as alternativas encontradas para (sobre)viver após a perda de seus filhos/as.

O trabalho consistiu em disponibilizar uma sala de reuniões através da Plataforma Google Meet onde os diálogos e relatos entre as mães foram gravados em vídeo, sendo arquivadas sob sigilo. As mães participantes foram reembolsadas pela participação por meio de diárias tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unifesp. As gravações foram transcritas para posterior análise de conteúdo qualitativo. Após a revisão dos relatos houve um processo de devolutiva, ou seja, a transcrição foi apresentada e discutida com cada participante para garantir que o diálogo estivesse de acordo, correspondendo com a gravação. A importância do processo das devolutivas para as mães entrevistadas foi apontado por uma das mães-pesquisadoras da equipe:

Elas gostaram porque o que elas falaram realmente estava ali, não foi uma coisa que elas falaram e botaram outras palavras, como se outra pessoa "costurasse" o que ela disse. Não, a fala dela ficou igual, quer dizer que o protagonismo foi da própria mãe. Então que ela teve o direito da fala dela ser garantida, sem ter visto superada a sua fala, sem ser acrescentada... não, foi a própria fala de uma mãe da periferia que teve a sua dor e que contou. Como é sua dor sem ter esse negócio de ardeios, ninguém diz assim, 'vamos enfeitar aqui porque vamos falar na parte teórica.' Não, não foi na parte teórica, foi na parte da verdade. (Relato de Edna Cavalcante)

VI. Considerações finais: O notório saber e o estudo da violência do estado

A vivência dos efeitos da violência estatal - incluindo a experiência trágica e injusta da perda do filho, o enfrentamento às instituições do estado na busca da verdade e a justiça - como também a militância nos movimentos sociais de direitos humanos, constituem uma espécie de notório saber que é fundamental para o estudo das causas e consequências da violência do estado.

[...] é necessário que a gente traga para o conjunto da universidade, esse reconhecimento das pesquisadoras sociais como pesquisadoras que têm um saber que é notório, que é genuíno, que a universidade não consegue produzir esse conhecimento se não for com as mães e a outra é que ainda falta muito para a incorporação desse conhecimento na ação concreta das políticas públicas, então, acho que esse é o aspecto negativo, mas enquanto perspectiva de futuro, acredito que a gente tem condições de avançar nessa compreensão de trazer o reconhecimento das mães pesquisadoras, fazer com que essa metodologia seja reconhecida e usufruída, reconhecendo a origem e quem produziu essa metodologia que é bem importante, como também a implementação de políticas públicas que traga esses saberes como elemento essencial para sua formulação e execução. (Relato de Raiane Assumpção)

Principalmente quando fala da dor que você sente, outras mães sentem aquela partilha, aquele compartilhamento. Aquela partilha ao mesmo tempo é uma segurando a mão da outra... Ela se sentirá acolhida porque ela sabe que a história dela não vai virar apenas um conteúdo para as fábulas de uma professora, porque se uma professora não passa por aquela dor, é fábula para ela. É realidade para a mãe, mas para a professora que não passa, é fábula. Então ela sabe que a história dela não foi fábula de nenhuma acadêmica, mas sim foi uma história contada por outra mãe, ela foi entrevistada por outra mãe que sentiu a mesma consequência que ela sentiu. Então ela se sentirá acolhida porque naquele momento ela sabe que uma pessoa estava dando a voz a ela, estava dando o espaço para ela falar, para você pesquisar e ela também se sentir acolhida. (Relato de Edna Cavalcante)

Nós resolvemos fazer o que era o sonho da gente, ir atrás das famílias e estar junto com a equipe, fazendo trabalho de base, para poder trazer 99% da veracidade dessa pesquisa, contando a verdadeira a história dos crimes de Maio. Então para nós foi fundamental andar nas periferias nas favelas, se deparando com todos os riscos perigosos que poderiam acontecer. E também é ter um desdobramento mais favorável para nós como movimento, como mãe, de que se os próprios estudantes fossem sozinhos. Porque o movimento ganhava confiança para fazer essa pesquisa mais robusta... A gente já é acostumada a fazer essas rodas de troca, dali sai muitas coisas que elas não tem coragem de falar para ninguém, só para nós mesmo. Então por isso é muito importante o fato de essa pesquisa ser de mãe por mãe. Porque

tudo que ela já falou, a gente já sabe de tudo que ela falou porque a gente faz as trocas nas rodas. E muitas vezes ela não fala quando tem pessoas de fora. (Relato de Débora Maria da Silva)

Se não tivesse uma mãe, porque elas têm muita coisa do outro, né? Para ela falar assim, aí esse povo da academia, esse povo quer fazer seus projetos em cima da gente. As mães são inteligentes, elas sabem das coisas. E falam assim, como é que eu vou dar entrevista para uma mulher que nunca perdeu o filho, uma mulher branca, uma mulher que deve ser classe alta, eu entendi o lado delas porque eu também senti isso. E comigo aí elas ficaram confortáveis, né? (Relato de Rute Silva Santos)

Eu, ao entrevistar uma mãe, é me ver falando também. É como se eu estivesse vendo meu reflexo, então eu sei exatamente o que elas estão passando, eu sei exatamente o que elas estão vivendo. Eu sei como é a vida daquela mulher sofrida. Essas pessoas são pessoas que eu faço parte da vida delas, não é só da militância, é para além disso. É eu estar nos aniversários dela, estar acompanhando o jogo de futebol, estar lá enchendo a cara xingando o juiz, sabe? Bebendo com elas, é eu estar fazendo parte do dia a dia dos filhos. Porque ali não é só ela, é toda uma família... Então eu sabia a realidade daquelas pessoas, é saber o que ela está falando, saber o que ela está sentindo. E eu sei que o que eu perguntar elas vão responder porque elas confiam plenamente em mim. (Relato de Nivia Raposo)

Como já dito, consideramos que as mulheres/mães pesquisadoras sociais possuem um saber notório a partir da luta pela justiça e da experiência cotidiana. Desse modo torna-se possível reconhecer o valor desse saber, posto que, não se origina nas instituições acadêmicas, contudo, conforme demonstrado em seus relatos, pode-se afirmar que estes saberes se complementam, produzindo novos conhecimentos.

As experiências que possuem vêm demonstrar o conhecimento profundo e relevante que adquiriram como forma de resistência. A afirmação desses saberes enquanto construção conjunta é que contribuem para o desenvolvimento científico, cultural e social do país, bem como desenvolver a capacidade de criar e transformar a realidade. Eles também são fontes de inspiração e de diálogo para o saber acadêmico, que pode se beneficiar das diferentes perspectivas e experiências que são oferecidas.

VII. Referências Bibliográficas

ARJUN, A. **The right to research.** *Globalisation, Societies and Education*. 2006, 4:2, p. 167-177, DOI: [10.1080/14767720600750696](https://doi.org/10.1080/14767720600750696)

ARIAS, E. & GOLDSTEIN, D.. **Violent Democracies in Latin America.** Duke University Press, 2010.

ATUAHENE, B. **Dignity Takings and Dignity Restoration: Creating a New Theoretical Framework for Understanding Involuntary Property Loss and the Remedies Required.** *Law & Social Inquiry*. 2016, 41(4), p. 796-823

BRINKS, D. **The Judicial Response to Policing Killings in Latin America: Inequality and the Rule of Law.** Cambridge University Press, 2008.

COLLINS, P. **Social Inequality, Power, and Politics: Intersectionality and American Pragmatism in Dialogue.** *Journal of Speculative Philosophy*. 2012, 26(2): p. 442–57.

EDKINS, J.. **Trauma and the Memory of Politics.** Cambridge University Press, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 64^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Y. ***Authoritarian Police in Democracy: Contested Security in Latin America.*** Cambridge University Press, 2021.

GONZÁLEZ, Y., & MAYKA, L. **Policing, Democratic Participation, and the Reproduction of Asymmetric Citizenship.** *American Political Science Review*. 2023, 117(1), p. 263-279. doi:10.1017/S0003055422000636

MBEMBE, A. 2003. **Necropolitics**. Public Culture. 2003, 15(1), p. 11-40

MOREIRA, A. P. G. e GUZZO, R. S. L. **Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignacio Martín-Baró**. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2015, v. 32, n. 3 [Acessado 3 agosto 2022] , pp. 569-577. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300021>>. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300021>.

SOUZA, E. C. de ; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Orgs). **Tempos, Narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição - relatório final [recurso eletrônico] / coordenador Javier Amadeo ; professores Raiane Severino Assumpção ... [et al.] ; pesquisadores Marina Figueiredo ... [et al.]. – São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019.